

rativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 24 de Maio de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4680/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Patrícia Borges de Souza, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 23 de Maio de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4681/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Gomes Chaves, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 27 de Outubro de 1943, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4682/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Justino Gomes Tavares, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Abril de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4683/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Braima Djaló, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 14 de Outubro de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4684/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Maria Helena Ramos Araújo, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 3 de Janeiro de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4685/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Buli Daramé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 10 de Outubro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,

com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4686/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Seco Darame, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Janeiro de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4687/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nelson Domingos da Silva, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Abril de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4688/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 30 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Calido Embaló, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Maio de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4689/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adilson Barros, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 9 de Abril de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4690/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingos Avelino Leal Borges, natural de Vila Franca de Xira, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 16 de Novembro de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4691/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aizuidy de Almeida Mandinga, natural de Lugar de Agostinho Neto, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 29 de Setembro de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,

com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

**Aviso n.º 4692/2006 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel Conceição Domingos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Maio de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 8464/2006 (2.ª série).** — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 51/2005 que republicou na íntegra a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 5 do artigo 17.º e no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e no quadro anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 51/94, de 24 de Fevereiro, determino que a conselheira de embaixada do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Líliliana de Melo Mascarenhas Neto de Gouveia Araújo, seja nomeada directora de serviços da Europa da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções do conselheiro de embaixada Pedro Sanchez da Costa Pereira, conforme a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Agosto de 2005.

A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

21 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

### ANEXO

Líliliana de Melo Mascarenhas Neto de Gouveia nasceu em 18 de Maio de 1953, em Luanda.

Licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Aprovada no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 18 de Março de 1983.

Adida de embaixada na Secretaria de Estado, em 16 de Outubro de 1984.

Terceira-secretária de embaixada, em 16 de Março de 1987, na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais, em Genebra, em 10 de Julho de 1989.

Segunda-secretária de embaixada, em 21 de Julho de 1990, na Secretaria de Estado, em 11 de Setembro de 1995.

Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Organismos Económicos Internacionais da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 9 de Novembro do mesmo ano.

Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Organismos Políticos Internacionais, em 12 de Fevereiro de 1996.

Conselheira de embaixada, em 2 de Agosto de 1996.

Directora dos Serviços das Organizações Económicas Internacionais da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 1 de Fevereiro de 1999, na Embaixada em Viena, em 1 de Agosto de 2001.

Ministra conselheira das Nações Unidas, Embaixada em Viena. Representante residente-adjunta junto da AIEA, Viena.

Cavaleiro da Ordem do Rio Branco, Brasil.

### Departamento Geral de Administração

#### **Despacho (extracto) n.º 8465/2006 (2.ª série):**

Carlos Alberto Gomes da Silva, conselheiro social, a exercer funções na Embaixada de Portugal em Ottawa, em regime de contrato administrativo de provimento — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 19 de Dezembro de 2005, determinando o termo do referido contrato administrativo de provimento e a

consequente cessação de funções na referida Embaixada, com efeitos a partir de 13 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8466/2006 (2.ª série):**

António Adelino Domingos Coelho, assistente administrativo principal do quadro do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., Hospital Rainha Santa Isabel, Torres Novas — despachos do secretário-geral de 22 de Dezembro de 2005 e do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., de 2 de Março de 2006, respectivamente, requisitando-o pelo período de seis meses para exercer funções na Direcção-Geral das Relações Bilaterais, deste Ministério, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8467/2006 (2.ª série):**

João Pignateli Figueira de Freitas — contrato administrativo de provimento de 14 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e dos artigos 8.º, alínea b), 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, para exercer o cargo de adido cultural na Embaixada de Portugal em Luanda, pelo período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos, salvo se a Administração ou o contratado o denunciarem mediante notificação da outra parte, com antecedência mínima de 90 dias, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, conjugado com o artigo 71.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.)

22 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8468/2006 (2.ª série):**

Maria João Espírito Santo Bustorff Silva, assessora do quadro único do Ministério da Educação — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 13 de Janeiro de 2006 e do secretário-geral do Ministério da Educação de 6 de Fevereiro de 2006 requisitando-a, pelo período de um ano, para desempenhar funções no Instituto Diplomático, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8469/2006 (2.ª série):**

Ana Maria de Castro Oliveira e Silva, assistente administrativa do quadro único de vinculação do pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocada no Consulado-Geral de Portugal em Sevilha — despacho do secretário-geral de 23 de Março de 2006, autorizando a licença sem vencimento de longa duração, nos termos do n.º 4 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8470/2006 (2.ª série):**

Maria Teresa Marreiros Netto Rodrigues, técnica superior de 1.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior — despacho do secretário-geral de 23 de Março de 2006, autorizando a concessão de licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 5 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### **Despacho (extracto) n.º 8471/2006 (2.ª série):**

Ana Maria de Santa Isabel Barbosa Ribeiro Morgado, técnica superior principal de serviço social do quadro do pessoal do Hospital Garcia de Orta, E. P. E. — despacho do secretário-geral de 21 de Fevereiro de 2006 e do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., de 24 de Fevereiro de 2006, transferindo-a, ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006, para a categoria de